

# olhares



Trimestral  
Nº 5 2013

# CONSUMO DE PRODUTOS NATURAIS

## Um caótico e arriscado regresso ao passado

*Hoje, não nos passa pela cabeça ir colher casca de salgueiro e preparar a infusão necessária para extrair a salicina na dose q.b., só porque precisamos de tomar uma aspirina, pois não? Tal como, não concebemos como possibilidade um cardiologista colher o cardiotónico das dedaleiras do seu jardim. Um século de estudos, investigação, testes e ensaios separa estas duas realidades. Hoje, sabemos controlar a dose certa para o efeito terapêutico pretendido. A ciência evita que se morra da cura. Voltar a usar “produtos naturais”, em regime de tentativa/erro, é um arriscado e caótico regresso ao passado*

Com o uso alargado da Internet, uma parte da população passou a ter acesso à investigação científica que se vem desenvolvendo na pesquisa de mais e melhores medicamentos, disseminando o que até há alguns anos era apenas conhecimento da comunidade de investigadores que trabalhavam nessas áreas. Se por um lado se tornou cada vez mais transparente todo o processo científico, também permite que pessoas sem escrúpulos e sem conhecimentos suficientes, comecem a vender determinadas plantas com potencial terapêutico como se tratassem de verdadeiras panaceias que curam quase tudo.

Este processo, para além de ser extremamente perigoso, é um regresso total às origens, uma vez que voltamos a ter no mercado (absolutamente ilegal) uma série de produtos sem qualquer controlo de qualidade e sem possibilidade de saber quais vão ser os efeitos secundários no organismo humano, uma vez que muitos nem sequer chegam a ser aprovados para Ensaios Clínicos de Fase I, dada a sua elevada toxicidade.

No último século conseguimos retirar das plantas e/ou dos animais aquilo que real-

mente precisamos para tratar uma determinada doença, sem que tenhamos de ir ao campo colher, por exemplo, uma casca da árvore de onde provém. Não passaria pela cabeça da maioria de nós, ir colher casca de salgueiro para preparar uma infusão, extraíndo assim a salicina, quando pode facilmente tomar ácido acetilsalicílico, vulgo aspirina, que é um derivado controlado em que, para além de sabermos a dose certa a tomar, também temos noção dos efeitos secundários que podem ocorrer e as interações com outros medicamentos, plantas medicinais (ex. Gingko, angelica) e /ou alimentos (ex. alho).

Esta situação é tanto mais correta quanto mais grave for a doença. A digoxina, que é extraída das dedaleiras, é um excelente cardiotónico que deve ser tomado seguindo rigorosamente as doses estabelecidas.



Se acaso fosse preparada uma infusão das folhas da planta, dada a sua elevada bioatividade, quase de certeza atingia a dose tóxica (que corresponde a uma quantidade muito diminuta de constituinte activo) e mataria o doente em vez de surtir o efeito terapêutico pretendido.

O mesmo poderia dizer-se de medicamentos para o cancro. Quanto mais grave for a doença mais complexo e agressivo é o tratamento e crucial monitorização do mesmo. Por exemplo, a Vinorelbina é um alcalóide extraído da planta *Vinca rosea* (*Catharanthus roseus* L.), o Paclitaxel e outros medicamentos similares são derivados de compostos extraídos do Teixo (*Taxus baccata* L.) e a Combrestatina foi estudada e desenvolvida a partir do *Combretum caffrum* L.. Estes são apenas alguns exemplos entre muitos outros. Dada a sua elevada atividade terapêutica não podem ser usados diretamente da planta, pois não é possível controlar a dose que se utiliza e o elevado risco de toxicidade pode conduzir à morte do doente.

Assim, os constituintes ativos quer estejam isolados, quer em concentrados (extratos) padronizados para que exerçam a sua atividade causando menos efeitos secundários, devem ser usados com o máximo de rigor e com o mínimo de interferências. Voltar a usar “produtos naturais” em regime “tentativa/erro”, como se fazia no início do século passado, é uma profunda regressão em tudo o que conseguimos validar cientificamente até hoje.



## OBSERVATÓRIO DE INTERAÇÕES PLANTA-MEDICAMENTO

O uso de Plantas Medicinais está devidamente legislado para salvaguarda de quem as virá a utilizar com fins terapêuticos e o conhecimento científico que para elas existe, permite-nos usá-las com o rigor necessário que ajude no tratamento da doença salvaguardando a pessoa. Todo e qualquer produto usado para tratar deve ser preparado e administrado segundo a legislação vigente, o que obedece a um rigoroso controlo de qualidade salvaguardando a saúde pública. Não se deve tomar, ou induzir alguém a tomar, produtos que saiam destes parâmetros pois, caso contrário, está a servir de cobaia na administração de substâncias que não estão aprovadas, com todo o risco que a isso está adjacente.

Consulte [www.oipm.uc.pt](http://www.oipm.uc.pt);  
[facebook/oipm.ffuc](https://www.facebook.com/oipm.ffuc)

*Maria da Graça Campos*  
(Professora na Faculdade de Farmácia da UC)

